

Pólo também co-produzirá educativos

Terceiro edital irá atender projetos de filmes e vídeos que abordem temas e personagens ligados à cidade

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

Além do Edital de Finalização de Filmes Brasilienses, que selecionou dez projetos, e do Edital Nacional, que deverá ser divulgado dentro de 15 dias, o Pólo de Cinema e Vídeo do DF lançará, dentro de algumas semanas, Edital de Co-Produção de Curtas-Metragens (em película ou vídeo). "Desta vez", explica André Gustavo Stumpf, secretário-executivo do Pólo, "o edital, que terá alcance nacional, vai definir os temas dos projetos". Ou seja, "estamos, no Concivi (Conselho Diretor do Pólo) levantando temas de interesse comunitário, que nos permitam dar cumprimento ao Artigo 5, da Lei 153. Este artigo prevê a destinação de 10% dos recursos aplicados pelo Pólo para projetos educativos".

Ao interpretar a Lei 153, que criou, ano passado, o Pólo de Cinema e Vídeo, os membros do Concivi discutiram a expressão "cinema não-comercial" e concluíram que ela abrange filmes (ou vídeos) que não são destinados ao mercado comercial (cinema nem em emissoras de TV). Stumpf define, então, o universo temático compreendido pelo terceiro Edital do Pólo: "Serão atendidos projetos que abordem temas como o Parque da Cidade, a vida de grandes artistas (como Athos Bulcão, por exemplo), o patrimônio histórico, etc".

O caráter destes filmes, assegura o secretário-executivo do Pólo, "será educativo". Se o tema da preservação do Parque da Cidade for beneficiado, "o produtor se comprometerá a realizar filme ou vídeo (de até 30 minutos) mostrando procedimentos de convivência da comunidade com este espaço de lazer e contato com a natureza". Se o tema for *Brasília e Seus Personagens*, "o realizador biografará artistas, cientistas ou personalidades que realmente contribuem com o desenvolvimento da cidade".

O fato dos temas lembrados se ligarem à vida de Brasília não significa que os projetos serão feitos apenas por produtores locais. "Nada na Lei", esclarece Stumpf, "delimita os projetos ao território do Distrito Federal. Qualquer empresa, brasileira ou estrangeira, poderá se associar ao Pólo para co-produzir estes filmes (ou vídeos) educativos". Os temas, porém, enfatiza o secretário, "serão comunitários". Ou seja, "com estes curtas-metragens, nós queremos devolver à comunidade o apoio que ela vem



Maria Zilda já tem um projeto para o Pólo de Cinema, cujo edital sairá em quinze dias



Norma Bengell de olho no edital do Pólo



Christiane Torloni também quer apolo

dando ao Pólo" (Stumpf se refere à disputa entre as regiões administrativas pelo direito de sediar a cidade cenográfica).

Atrasos — André Gustavo Stumpf não está preocupado com o atraso (de 80 dias) na divulgação do Edital Nacional (para projetos que concorrerão a financiamentos, com juros subsidiados, do BRB — Banco de Brasília). Ele acredita que "dentro de 15 dias, no mais tardar 20, os

jornais locais e nacionais divulgarão o Edital, pronto desde dezembro do ano passado". E mais: assegura que só dois pequenos problemas (custo de espaço na mídia nacional e falta de funcionários no Pólo) provocaram o atraso que pode ultrapassar 100 dias.

Informações de bastidores dão conta de que vários membros do Concivi já têm cópias de projetos de diretores e diretoras interessa-

dos em financiamento do BRB. Stumpf admite que "Norma Bengell, Christiane Torloni e Maria Zilda deixaram cópias de seus projetos com membros do Concivi, com o único intuito de que eles os conhecessem". Isto não quer dizer — esclarece — que tais projetos já estejam pré-inscritos, ou que receberão tratamento diferenciado. "De forma alguma. Eles só serão aceitos e devidamente protocolados quando o Edital for publicado em veículos da

mídia nacional. Todos obedecerão às mesmas exigências".

Nova sede — Em breve ("dentro de 30 dias, no máximo") o Pólo de Cinema e Vídeo do DF terá nova sede administrativa: deixará os escritórios do Setor de Rádio e TV Sul e se transferirá para o Parque da Cidade. Já a cidade cenográfica não tem, ainda, data para início de obras. "Estamos na fase de elaboração do Rima (Relatório de Impacto no Meio Ambiente) e do projeto arquitetônico", avisa Stumpf. E a palavra final sobre a cidade que sediará o Pólo será dada pela Assembleia Legislativa. O Gama, que através de sua Administração Regional, promoveu enorme movimento pelo direito de sediar a cidade cenográfica, está fora do páreo. A Comissão Técnica que analisou as áreas disponíveis recomendou Sobradinho. Planaltina (reduto eleitoral do presidente da Assembleia, Salviano Guimarães) também tem chances técnicas.

Codeplan — Os recursos destinados ao Pólo continuam desaguando (em quantias menores que as anteriormente anunciadas) nos cofres da Fundação Cultural do DF. De lá, porém, são encaminhados — graças a convênios entre as partes — a duas outras instituições: a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) e a Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto). Os recursos para cineastas que tiveram projetos aprovados pelo Edital de Finalização de Filmes Brasilienses serão oriundos da Codeplan. Os recursos necessários à construção da cidade cenográfica, da Novacap.

Stumpf explica que "não houve nenhuma modificação nos procedimentos iniciais do Pólo de Cinema e Vídeo". O fato de novas siglas — Codeplan e Novacap — estarem entrando no cotidiano do empreendimento se justifica por "razões de natureza meramente administrativa". Afinal, argumenta, "para promovermos licitação entre as empresas interessadas em construir a cidade cenográfica, devemos lançar mão do organismo que melhor conhece os procedimentos legais". E, entre o FCDF e a Novacap, quem conhece melhor o assunto? Claro — responde — "que é a Novacap". Para colocar ponto final nas discussões de bastidores, Stumpf lembra que "o Pólo de Cinema e Vídeo um projeto da Secretaria de Governo do DF, ligado diretamente ao gabinete do governador".

Valdir Messias